



## **REGULAMENTO INTERNO**

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR**

**INSTITUIÇÃO DE ENQUADRAMENTO: AIPAR – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À  
RAPARIGA E À FAMÍLIA**

A  
I  
P  
A  
R

**Aprovado em reunião de Direção de 07/11/2022**

**Pág.  
1 de 14**



## **ACOLHIMENTO FAMILIAR**

### **INSTITUIÇÃO DE ENQUADRAMENTO: AIPAR – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **NORMA I**

##### **Âmbito de Aplicação**

A resposta Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens, designada por Proteção no Acolhimento Familiar, com acordo de cooperação para a resposta social Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens (AF) celebrado com o Centro Distrital de Faro, em 04/11/2022, pertencente a Associação de Proteção à Rapariga e à Família, rege-se pelas seguintes normas:

##### **NORMA II**

##### **Legislação Aplicável**

A instituição de enquadramento (IE) prestadora de serviços rege-se pelo estipulado nos Estatutos da AIPAR – Associação de Proteção à Rapariga e à Família e igualmente pelo estipulado nos seguintes instrumentos técnico - legais:

- a) **Lei nº 147/99, de 1 de setembro**, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), alterada pela Lei 31/03, de 22 de agosto e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 332- B/2000, de 30 de dezembro, **na sua redação atual**, adiante designada por LPCJP;



- i. 2ª. Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, **Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro**
  - ii. 3ª Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei 23/2017 de 23 de maio - Altera os artigos 5.º, 60.º, 63.º e 88.º, alargando a proteção até aos 25 anos de idade, desde que cumpridos determinados pressupostos;
  - iii. 4ª Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, introduzida pela Lei 26/2018, de 5 de julho - Altera os artigos 3.º, nº 2, 49.º, 58.º e 72.º, e respeita à regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas
- b) **Lei 47/2019, de 8 de julho** – 1ª. alteração ao Regime de Execução do Acolhimento Familiar, aprovado pelo DL 11/2008, de 17 de janeiro – entrou em vigor com o orçamento de Estado 2020, no que se refere a deduções à coleta e direitos laborais das famílias de acolhimento;
- c) **Decreto-Lei nº 139/2019, de 16 de setembro** – estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, entrou em vigor a 1 de dezembro de 2019;
- d) **Portaria nº 278-A/2020**, de 4 de dezembro - define os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação, avaliação e reconhecimento das famílias de acolhimento, bem como os termos e as condições de atuação das instituições de enquadramento no âmbito da execução da medida de acolhimento familiar;
- e) Outra legislação complementar, nomeadamente relacionada com o quadro da promoção dos direitos e garantias das crianças, consagrado pela Convenção sobre os Direitos da Criança;

Normativos e demais orientações emanados pela Direção Geral da Segurança Social (DGSS) e pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.



### **NORMA III**

#### **Objetivos do Regulamento Interno**

O presente Regulamento Interno define as regras e princípios específicos de funcionamento da Instituição de Enquadramento (IE) Associação de Proteção à Rapariga e à Família que desenvolve a resposta de Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens (AF) em conformidade com as diretrizes transmitidas pela respetiva entidade gestora tendo em conta uma adequada organização e o desenvolvimento das competências legais que lhe estão cometidas.

Visa assim divulgar o regime de funcionamento da resposta, bem como os direitos, deveres e atribuições de todos os intervenientes neste âmbito, no sentido de:

- a) Promover a participação ativa das famílias de acolhimento, das crianças e jovens acolhidas e seus familiares ou representantes legais, de acordo com a decisão da CPCJ ou do Tribunal e com o plano de intervenção definido;
- b) Promover o respeito pelos direitos das famílias de acolhimento, das crianças e jovens acolhidas e seus familiares ou representantes legais, bem como da equipa técnica;
- c) Promover uma atitude colaborativa entre todos os intervenientes, nomeadamente com o técnico gestor de processo, com a entidade gestora, e demais parceiros.

### **NORMA IV**

#### **Âmbito Geográfico**

O âmbito geográfico da resposta social identificada na cláusula anterior é o Distrito de Faro.



**NORMA V**

**Atividades Desenvolvidas**

1. A IE, Associação de Proteção à Rapariga e à Família no desenvolvimento da resposta social “Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens” assegura as atividades previsto no artigo 18.º da Portaria n.º 278-A/2020 de 4 de dezembro;
2. A receção das candidaturas a Famílias de Acolhimento, avaliação e respetiva seleção, é realizada em conformidade com o disposto, nos artigos 2.º, 3.º 4.º e 5.º da Portaria 278-A/2020 de 4 de dezembro, e as orientações da Entidade Gestora.

**NORMA VI**

**Colaboração**

1. A instituição de enquadramento promove a estreita articulação e atitude colaborativa da sua equipa técnica com o técnico gestor de processo, bem como com os demais intervenientes nas diferentes fases de execução da medida de acolhimento familiar, nomeadamente no que se refere ao projeto de promoção e proteção, plano de intervenção, informação e comunicações;
2. No âmbito da gestão de vagas é assegurada comunicação permanente à entidade gestora sobre as famílias enquadradas, bem como a colaboração na identificação do perfil de família que melhor corresponda às necessidades específicas da criança ou jovem a acolher.



## **CAPÍTULO II**

### **Famílias de Acolhimento**

#### **NORMA VII**

##### **Informação às famílias de acolhimento sobre apoios e incentivos**

1. A IE assegura a devida informação às famílias de acolhimento sobre os direitos laborais, apoios e incentivos que decorrem do contrato de acolhimento familiar;
2. A IE assegura a devida informação e apoio à famílias de acolhimento no requerimento dos apoios e prestações sociais que decorrem do contrato de acolhimento familiar, nomeadamente subsídio de parentalidade, quando aplicável, e abono de família.

#### **NORMA VIII**

##### **Número de crianças e jovens por família de acolhimento**

1. Cada família de acolhimento pode acolher até duas crianças ou jovens, sem prejuízo do disposto no n.º 3, na presente norma;
2. Poderá privilegiar-se o acolhimento de apenas 1 criança/jovem, tendo em conta o princípio da individualização, a idade das crianças e outras especificidades decorrentes da sua situação, ou situação da família de acolhimento;
3. O número total de crianças e jovens em coabitação, a considerar por família de acolhimento, é determinado em função da especificidade e perfil de necessidades das crianças e jovens a acolher e das condições pessoais, familiares e habitacionais da família;
4. A família de acolhimento pode, a título excecional e devidamente justificado pela entidade gestora de vagas, acolher um número superior de crianças e jovens em



simultâneo, nomeadamente nas situações de fratrias ou outras em que já existam relações de afeto que o justifiquem.

## **NORMA IX**

### **Processo individual da família de acolhimento**

1. Do processo individual de cada família de acolhimento deve estar organizado de acordo com os requisitos identificados no artigo 20º da Portaria regulamentar.
2. A família de acolhimento deverá ficar na posse dos seguintes documentos:
  - a) Extrato da decisão da CPCJ ou Tribunal de atribuição da confiança provisória da criança ou jovem e/ou declaração da instituição de enquadramento;
  - b) Auto de entrega das crianças ou jovens acolhidos;
  - c) Documentos de identificação das crianças e jovens acolhidos;
  - d) Apólice do seguro de acidentes pessoais das crianças e jovens acolhidos;
  - e) Cópia do Contrato de Acolhimento Familiar;
  - f) Outros documentos considerados relevantes para o acolhimento da criança ou jovem.

## **CAPÍTULO III**

### **INSTALAÇÕES E REGRAS DE FUNCIONAMENTO**

## **NORMA X**

### **Instalações**

A resposta Proteção no Acolhimento Familiar, está sediada em Faro, na sede da AIPAR, na Rua Monsenhor Henrique Ferreira da Silva, nº10 e as suas instalações são compostas por um gabinete e uma sala de reuniões, podendo usar outros espaços comuns a outras respostas.



## **NORMA XI**

### **Horários de Funcionamento**

1. O horário de atendimento da IE das 9h às 12h e das 13h às 17h, e assegura apoio às FA, em regime de permanência, 24 horas por dia, todos os dias da semana e durante todo o ano;
2. A dinamização das sessões informativas e da formação inicial e contínua é realizada preferencialmente em horário pós-laboral e fins-de-semana.

## **NORMA XII**

### **Quadro de Pessoal**

1. O quadro de pessoal desta resposta encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação, do número de recursos humanos que integram a equipa técnica, formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor;
2. A equipa técnica é composta por três técnicos, assumindo um deles a coordenação técnica.

## **NORMA XIII**

### **Funções e competências da Coordenadora;**

- a) Definir de acordo com as diretrizes emanadas pelo Instituto de Segurança social, I.P, os objetivos da Instituição e orientação da Direção, as metodologias e técnicas a aplicar com a população alvo da resposta social;
- b) Elaborar o Plano Anual de Atividades do AF até ao mês de dezembro e submete-lo à apreciação da Direção da Associação;
- c) Zelar pelo bom funcionamento do AF e pela aplicação efetiva do Regulamento Interno;





- d) Orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades técnico pedagógicas e de administração;
- e) Realizar e promover, junto da equipa técnica, um trabalho de parceria com todas as entidades da comunidade local;
- f) Organizar mapas de trabalho e férias;
- g) Decidir sobre a gestão e organização dos recursos internos AF;
- h) Auscultar a equipa no que respeita à sua formação, propor ou promover ações de formação de acordo com as necessidades e interesses manifestados;
- i) Propor a admissão de pessoal, sempre que o bom funcionamento do serviço o exija;
- j) Propor à Direção a aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da resposta social;
- k) Coordenar as reuniões de equipa;
- l) Propor alterações ao Regulamento Interno que entenda que se justifiquem, à Direção.
- m) Cabe à técnica de serviço social o cargo de coordenadora do AF.

### **Psicólogo/a**

- a) Realizar a observação psicológica de crianças e jovens;
- b) Fazer acompanhamento psicológico individual ou em grupo a crianças e jovens;
- c) Elaborar Relatórios de avaliação e acompanhamento psicológico;
- d) Intervir em situações de crise sempre que necessário e que se justifique;
- e) Participar ativamente nas reuniões de equipa/ coordenação;
- f) Deverá em articulação com o gestor do processo da EMAT ou da CPCJ delinear o plano de intervenção com a família de acolhimento;

### **Assistente Social**

- a) Realizar o estudo social de cada agregado familiar;
- b) Elaborar Relatórios Sociais;



- c) Organizar a documentação relativa a cada agregado familiar;
- d) Intervir em situações de crise sempre que necessário e que se justifique;
- e) Participar ativamente nas reuniões de equipa/ coordenação;
- f) Deverá em articulação com o gestor do processo da EMAT ou da CPCJ delinear o plano de intervenção com a família de acolhimento.
- g) Informar a Equipa Técnica sobre o trabalho desenvolvido e as necessidades do AF.

**Educador/a Social:**

- a) Realizar em articulação com o Psicólogo, avaliações de desenvolvimento;
- b) Programar e dinamizar sessões individuais de estimulação precoce/ infantil;
- c) Deverá em articulação com o gestor do processo da EMAT ou da CPCJ delinear o plano de intervenção com a família de acolhimento.
- d) Participar ativamente nas reuniões de equipa/ coordenação;
- e) Informar a Equipa Técnica sobre o trabalho desenvolvido e as necessidades do AF.

**CAPÍTULO IV**

**DIREITOS E DEVERES**

**NORMA XIV**

**Direitos das Crianças, das Famílias de Origem e das Famílias de Acolhimento**

1. A IE deve zelar pelo estipulado, no Decreto Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro, respetivamente nos artigos, 23.º, 25.º e 27.º.

**NORMA XV**

**Deveres das Crianças, das Famílias de origem e das Famílias de Acolhimento**

2. A IE deve zelar pelo estipulado, no Decreto Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro, respetivamente nos artigos 24.º, 26.º e 28.º.



## **NORMA XVI**

### **Direitos da equipa técnica**

1. Aos elementos da equipa técnica é garantido o exercício dos direitos que lhe estão reconhecidos no enquadramento que resulta para o respetivo estatuto profissional estabelecido na Lei e nos demais instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, nomeadamente:
  - a) Retribuição, férias, folgas, licenças, faltas e alimentação;
  - b) Condições e ambiente de trabalho adequados e seguros obrigatórios;
  - c) Informação, formação e atualização profissional visando a melhoria das suas qualificações de trabalho, contribuindo para uma melhor prestação;
  - d) Supervisão externa em sessões mensais;
  - e) Reconhecimento e valorização profissional;
  - f) Ser respeitado por todos os intervenientes na resposta de AF;
  - g) Conhecimento e reflexão partilhada sobre o presente Regulamento Interno de Funcionamento.

## **NORMA XVII**

### **Deveres da equipa técnica**

1. No desempenho das suas funções, os trabalhadores da equipa técnica devem ter sempre presente, independentemente da sua categoria e qualificação profissional, a missão, a visão e os valores que presidem à Instituição, e, nessa medida, devem estar cientes e conscientes de que são, parte duma Equipa coesa e coerente e que a vertente pedagógica e compreensiva deverá acompanhar sempre o exercício das suas funções;
2. A linguagem e a postura na relação com as famílias de origem, as famílias de acolhimento e crianças/jovens devem ser adequadas e pedagógicas;



3. Todos os elementos estão obrigados ao cumprimento do disposto na legislação do trabalho aplicável, bem como de todas as orientações e diretrizes emanadas da Direção da Instituição, devendo, em especial;
- a) Exercer com competência, zelo e assiduidade as funções que lhe estiverem confiadas;
  - b) Respeitar os colegas de trabalho, as famílias biológicas, as famílias de acolhimento, as crianças/ jovens e todas as pessoas que estejam ou entrem em contacto com a Instituição;
  - c) Cumprir as deliberações e orientações relativas à execução das medidas de promoção e de proteção;
  - d) Garantir que as famílias de acolhimento proporcionam às crianças/jovens bem-estar, afeto e conforto, prestando-lhes serviços de qualidade adequados às suas necessidades;
  - e) Garantir a confidencialidade sobre a história de vida, factos ou situação das crianças/jovens e respetivas famílias;
  - f) Zelar pela boa utilização e conservação dos recursos disponíveis, cumprindo as normas de higiene e segurança no trabalho, favorecendo assim a eficiência e bom funcionamento dos Serviços;
  - g) Participar com interesse nas ações de formação que lhes forem proporcionadas, aperfeiçoando a sua competência profissional.

## **NORMA XVIII**

### **Pecúlio e valores pessoais da criança e do jovem**

1. O pecúlio e valores pessoais da criança e do jovem integram nomeadamente os apoios, pensões e prestações sociais a que tenham direito bem como à atribuição de dinheiro de bolso de acordo com a idade e maturidade;



2. A gestão do pecúlio e valores pessoais da criança e do jovem cumprem o disposto no artigo 22.º da Portaria regulamentar.

## **NORMA XIX**

### **Livro de Reclamações**

Nos termos da legislação em vigor, a Associação de Proteção à Rapariga e à Família possui livro de reclamações (Portaria nº74/2017, de 21 de junho, conforme o disposto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 5.º-B), que poderá ser solicitado junto da Coordenadora Técnica ou junto da técnica administrativa sempre que desejado. Está disponível, igualmente, na página da Internet da Associação de Proteção à Rapariga e à Família o acesso à Plataforma Digital do Livro de Reclamações.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **NORMA XX**

### **Divulgação**

O regulamento interno deve ser disponibilizado, nomeadamente através de meios digitais a todos os intervenientes, devendo ser adaptado em termos do seu formato, conteúdo e acessibilidade para as crianças e jovens e famílias.

## **NORMA XXI**

### **Alterações ao Regulamento**

As alterações ao regulamento interno das instituições de enquadramento com acordo de cooperação com o ISS I. P., são comunicadas aos serviços competentes da segurança social no prazo de 30 dias.



## **NORMA XXII**

### **Integração de Lacunas**

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela entidade proprietária do estabelecimento/serviço, tendo em conta a legislação/normativos em vigor sobre a matéria.

## **NORMA XXIII**

### **Disposições Complementares**

1. Nos termos do artigo 21.º da Portaria regulamentar a IE fica obrigada à celebração de contrato de seguro de acidentes pessoais das crianças e jovens em acolhimento, com as coberturas legalmente previstas.
2. A IE deve zelar pelo estipulado, no regulamento da (UE) 2016/679 do parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

## **NORMA XXIV**

### **Melhoria contínua**

1. O presente regulamento deverá ser revisto anualmente, ou sempre que necessário, como forma de se aferir da adequabilidade do mesmo, devendo esta revisão contar com os contributos das crianças/jovens, das famílias de origem, das famílias de acolhimento, da equipa técnica da IE bem como da equipa de acompanhamento técnico do ISS, I.P., com vista à melhoria contínua da intervenção desenvolvida;
2. As alterações ao presente regulamento interno devem ser comunicadas no prazo de 30 dias ao Centro Distrital territorialmente competente.



## **NORMA XXV**

### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento foi aprovado em reunião de Direção de 07/11/2022.

O presente regulamento entra em vigor quarenta dias após o envio ao Instituto de Segurança Social.